

UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

CABEÇA DE MORO



A encomenda pela morte de Sérgio Moro teve um custo alto para o Primeiro Comando da Capital (PCC). A organização criminosa, segundo o site UOL, investiu quase R\$ 3 milhões na montagem do plano do atentado. Inclusive os criminosos alugaram um imóvel na mesma rua do senador para sequestrar e matar o ex-juiz. Leia mais nesta edição.



BRASIL

Quarta-feira, 22 de março de 2023- nº 726
Às 19 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Editora Nacional: **Hylida Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes**
Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

NORONHA VOLTA A SER PERNAMBUCANA

Após participar da assinatura do acordo de gestão compartilhada de Fernando de Noronha, no Recife, o presidente Lula disse que Brasil e Pernambuco vão cuidar com carinho da ilha. O acordo põe fim a uma disputa judicial no STF na qual a União reivindicava o domínio sobre o arquipélago. O litígio teve início no ano passado, a partir de uma ação impetrada pelo governo anterior. Leia notas na coluna MERCADO.

MORO DISCURSA NO SENADO

“Gosto de uma frase em um sentido metafórico. Se vêm para cima da gente com uma faca, temos de usar um revólver. Se usam revólver, temos de vir com metralhadora. Se eles têm metralhadora, temos que ter um tanque ou um carro de combate. Não no sentido literal, mas precisamos reagir às ações do crime organizado. Como deve o Congresso reagir? Com o que ele é próprio, que são leis para proteger, não só as autoridades, mas também os cidadãos”, destacou Moro.

BANCOS SABIAM DO ROMBO DAS AMERICANAS

Um relatório sigiloso de 461 páginas apresentado pelo escritório Sveiter Advogados à Vara responsável pela Recuperação Judicial das Americanas confirma a prática contábil da empresa de lançar o chamado “risco sacado” que originou a fraude e o rombo nas suas contas, mas, pela primeira vez, segundo a CNN Brasil, coloca que essa prática pode ter tido co-

nhecimento também dos bancos, que tem alegado desconhecer o que ocorria.

CONIVÊNCIA COM A FRAUDE

Essa é a primeira vez, desde o início da batalha dos bancos com a varejista, que a operação de crédito que gerou o rombo bilionário aparece em documentos, o que indica que as instituições financeiras sabiam, mas omitiam a operação dos auditores externos. O relatório diz que houve, quatro meses antes do reconhecimento do rombo, registro em um sistema do Banco Central e que mostra que os bancos tinham conhecido das operações.

VALIDADE VENCIDA DAS MPS

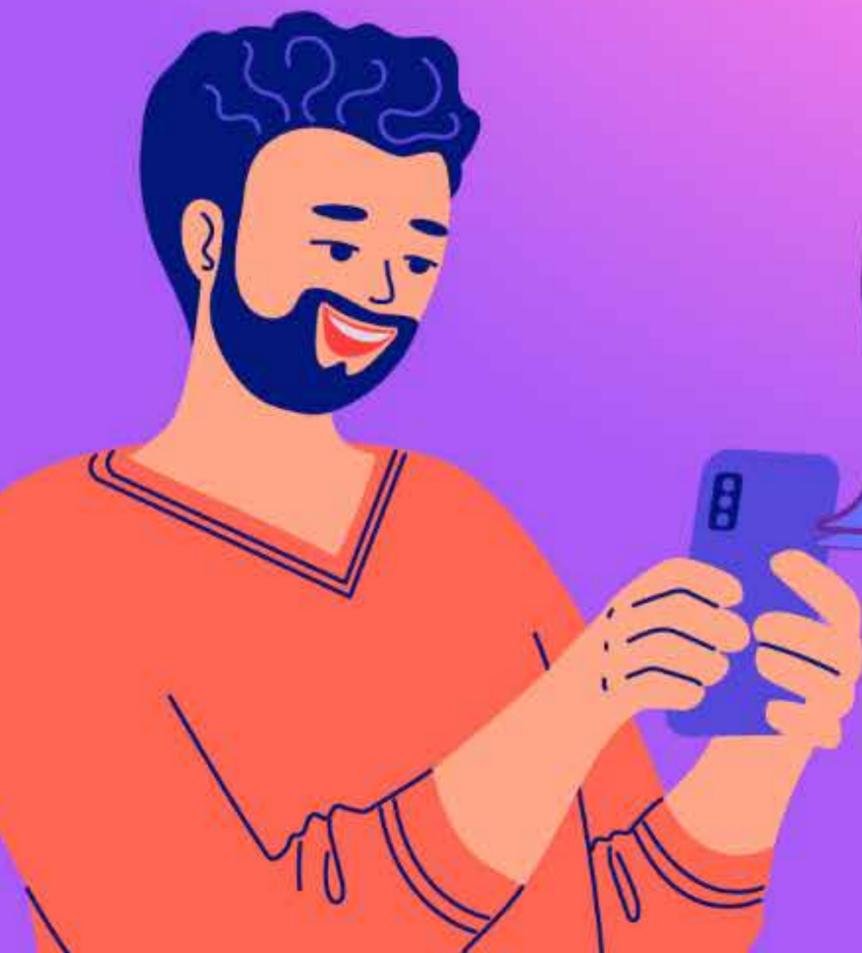
A cúpula da Câmara dos Deputados rejeita a proposta do Senado para mudar o rito de tramitação das Medidas Provisórias (MP), que alterna a Casa Legislativa que inicia a discussão do texto. A recusa dos deputados aumenta o impasse no Congresso Nacional e liga o sinal amarelo para o governo federal, que teme que as MPs editadas pelo presidente Lula (PT) percam a validade.

Postado em www.opoder.com.br



ACESSE E ASSINE

www.opoder.com.br



**RECEBA
DIARIAMENTE
EM SEU
SMARTPHONE**

É GRÁTIS!!!

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ATENTADO CONTRA MORO

SENADOR, EX-JUIZ, REAGE AO PCC



O senador Sérgio Moro (Podemos-PR) afirmou hoje que apresentará ao Senado um projeto de lei “prevendo a criação de crimes específicos para punir atos de planejamento de atentados contra autoridades públicas”. A proposta legislativa é uma resposta ao planejamento do seu assassinato e de outras autoridades, que foi alvo de uma operação da Polícia Federal nesta manhã. Até o momento, nove pessoas foram presas.

ATENTADO PLANEJADO

A justificativa do senador é de que, embora as autoridades soubessem desde janeiro sobre o possível atentado, “têm que esperar o crime começar para poder agir”. Apesar de já existir o crime de associação criminosa, na perspectiva do parlamentar seria necessário proteger forças-tarefas e “aumentar a segurança de magistrados, promotores e policiais envolvidos”.

MEGAOPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Em megaoperação deflagrada na manhã de hoje, a Polícia Federal foi às ruas para prender integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores facções do país. Os criminosos, segundo as investigações, pretendiam sequestrar e matar o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, que integra o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo (Gaeco) e é o principal investigador da facção criminosa no país.

ATAQUES À FAMÍLIA DE MORO

Cerca de 120 policiais federais cumpriam 24 mandados de busca e apreensão, sete de prisão preventiva e quatro de prisão temporária em cinco unidades da Federação: Rondônia, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Até as 9h40, nove pessoas tinham sido detidas. Além, de Moro, criminosos também pretendiam matar a mulher dele, Rosangela, e os filhos do casal.

COMO MINISTRO TRANSFERIU PRESOS

Quando estava no Ministério da Justiça, Sergio Moro transferiu para presídios federais, teoricamente mais seguros, 113 lideranças do PCC, inclusive o chefe supremo da facção, o Marcola. Isso o tornou alvo preferencial, da mesma forma que o promotor Lincoln Gakya, que enfrenta o PCC desde há muito. Antes disso, Sergio Moro foi juiz de processos contra corruptos e lavadores de dinheiro poderosos.

INVESTIGAÇÕES DESDE JANEIRO

O promotor Lincoln Gakiya, do GAECO de Presidente Prudente, afirmou que o plano para matar o ex-juiz e atual senador Sérgio Moro foi identificado por meio de um depoimento colhido de uma testemunha em investigações no final de janeiro. Ele afirmou ainda que a ação foi articulada por uma espécie de "departamento de homicídios" da facção criminosa, que usava um codinome para se referir a Moro – que, segundo investigadores, era "Tóquio".



PROMOTOR VIVE SOB RISCO



"Não é surpresa para mim. Convivo com isso há mais de quatro anos. Desde que fiz a remoção (de Marcola, líder da facção, pa-

ra o presídio federal), minha vida virou de cabeça para baixo. Quase mensalmente tem um plano para me matar", afirma o promotor que investiga a facção há 18 anos.

Postado em www.opoder.com.br

MORO SOB RISCO

FALA DE LULA COINCIDE COM ATENTADO

O ministro da Justiça, Flávio Dino, se indignou com as associações com o PCC a partir das declarações



es do presidente Lula contra o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil/PR). Nesta terça-feira (21/3), o presidente Lula (PT) relembrou, a época em que esteve preso por causa da Lava Jato, em Curitiba, que pretendia se vingar de Moro. “Não está tudo bem. Só vai estar tudo bem quando eu foder esse Moro”.

DINO DIZ QUE ASSOCIAÇÃO É LEVIANA

Em coletiva de imprensa concedida nesta quarta-feira (22/3), horas após operação da Polícia Federal, Dino afirmou que “é vil, é leviana, é descabida qualquer vinculação a esses eventos com a política brasileira”.

TENTATIVA DE POLITIZAR

Flávio Dino chamou as associações de “mau caratismo” de quem tenta politizar uma operação séria. “Tão séria, que está aqui preservando e investigando uma ação contra a vida de um senador de oposição e de outros agentes públicos”, ressaltou o ministro.

Postado em www.opoder.com.br

VOLTA DO EX-PRESIDENTE

BOLSONARO MARCA PASSAGEM PARA O DIA 30



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) emitiu a passagem aérea para retornar ao Brasil. Segundo informações do repórter Bruno Pinheiro, da Jovem Pan News, o voo está marcado para quinta-feira da semana que vem, dia 30 de março. Apesar de já ter emitido o bilhete, o ex-chefe do Executivo fará uma avaliação no dia do embarque.

NOS EUA DESDE DEZEMBRO

O ex-presidente está nos Estados Unidos

desde dezembro de 2022, quando viajou dias antes do término de seu mandato. Desde então, o ex-mandatário participou de eventos com apoiadores nos EUA e de cerimônias de seu partido de maneira virtual ou por ligação telefônica.

PARA FORTALECER LEGENDA

Na terça-feira, 21, Bolsonaro participou, por exemplo, da cerimônia de posse de sua esposa, Michelle Bolsonaro, como presidente do PL Mulher. Por videoconferência, o ex-presidente se emocionou e disse que gostaria de estar presencialmente no evento para fortalecer a legenda para as eleições de 2024.

Postado em www.opoder.com.br

MORTE DA VEREADORA

NADA DE PACTO: FEMINICÍDIO E SUICÍDIO



Os resultados dos laudos periciais das mortes da vereadora Yanny Brena Alencar e Rickson Pinto Lucena apontaram para feminicídio seguido de suicídio. A conclusão, divulgada hoje, foi da Perícia Forense (Pefoce) e da Polícia Civil, por meio da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Juazeiro do Norte, no Ceará.

CASAL ESTAVA JUNTO DESDE 2020

A presidente da Câmara Municipal foi encontrada morta ao lado do namorado, em casa, no último dia 3 de março. Yanny era médica, além de vereadora pelo PL. Rickson se intitulava como atleta de vaquejada, mas não possuía uma ocupação fixa, conforme as investigações. O casal estava junto desde 2020.

LUTA CORPORAL PARA NÃO MORRER

Anteriormente, a Pefoce informou que a causa da morte foi asfixia, de acordo com os exames feitos nos corpos feitos. Yanny Brena sofreu ferimentos no pescoço, no abdômen e também teve unhas quebradas, segundo o laudo pericial ao qual a TV Verdes Mares teve acesso. As marcas, segundo o documento, indicam que houve luta corporal. Um cabo do aparelho de TV foi utilizado no crime.

**LEI MARIA
DA PENHA**

*Hylda
Cavalcanti*

URGÊNCIA DE MEDIDAS PROTETIVAS PARA MULHERES



A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem (21/3), um Projeto de Lei (PL) que altera a Lei Maria da Penha para determinar a concessão sumária de medidas protetivas de urgência às mulheres a partir da denúncia a qualquer autoridade policial ou a partir de alegações escritas. Como a matéria, que tem como autora a ex-se-

nadora Simone Tebet (MDB-MS), já tinha sido aprovada pelo Senado, seguirá agora direto para sanção presidencial.

EVITANDO BRECHAS

Na prática, o PL, de número 1604/22, tem como objetivo evitar interpretações diversas de juízes ou policiais, que se valem de supostas brechas para não conceder a proteção, deixando de aplicar a lei. O texto, entretanto, terá o acréscimo de emendas aprovadas pela relatora, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que estabelece que as medidas protetivas poderão ser indeferidas no caso de avaliação, pela autoridade, de “inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes”.

TIPIFICAÇÃO

Outro trecho que será acrescentado à lei diz que essas medidas serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

Além disso, as medidas protetivas deverão vigorar enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

TODAS AS SITUAÇÕES

O projeto aprovado pelos deputados também inclui novo artigo na Lei Maria da Penha especificando que ela se aplica a todas as situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da causa ou da motivação desses atos ou da condição do ofensor ou da ofendida.

RESTRICÇÕES

Segundo Jandira Feghali, apesar de a lei estar fundada nos princípios



da prevenção, proteção e punição, o que se vê “é que tais princípios têm sido sistematicamente aniquilados por uma interpretação judicial restritiva que não aplica a lei a casos em que há conflitos colaterais, disputas em relação à guarda dos filhos, violência de irmão contra irmã, de neto con-

tra avó, em conflitos patrimoniais e até em casos em que o agressor estava alcoolizado ou sob efeito de drogas”.

Postado em www.opoder.com.br

BLOQUEIO AO TRÁFICO DE CRIANÇAS

PRESIDENTE DO STJ DISCUTE ACORDO COM EUA

A convite do governo dos Estados Unidos, a presidente do Superior Tribunal de



Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, estará em Washington até sexta-feira (24/3) para discutir com outras Cortes e com o governo norte-americano iniciativas bilaterais relacionadas ao sequestro internacional de crianças. A magistrada também fará uma visita ao The National Center for Missing & Exploited Children, instituição sem fins lucrativos destinada a ajudar na procura de crianças desaparecidas e no combate à exploração se-

xual, a tribunais federais e à Suprema Corte americana.

RESOLUÇÃO

Segundo informações do STJ, nos últimos anos o Brasil tem adotado diversas medidas para lidar com a subtração internacional de menores. Em março do ano passado, quando Maria Thereza ocupava o cargo de corregedora nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça editou resolução que estabeleceu diretrizes para a tramitação de ações judiciais fundadas na Convenção de Haia sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. No mesmo mês, o STJ entregou ao Ministério da Justiça anteprojeto de lei com proposta para regulamentar a aplicação da Convenção de Haia no Brasil. O texto traz disposições, por exemplo, sobre a duração razoável na tramitação desses processos.

GOVERNO COMPARTILHA GESTÃO DE NORONHA



O presidente Lula (PT) esteve hoje no Recife, onde homologou com a governadora de Pernambuco Raquel Lyra (PSDB) o acordo de gestão compartilhada da Ilha de Fernando de Noronha, em um esforço conjunto para pôr um fim às polêmicas em torno da cessão do arquipélago depois de um ano de negociação e 50 reuniões entre o Estado, a União e o STF.

E RELANÇA PROGRAMA DE ALIMENTOS

Em seguida, o presidente esteve com o prefeito do Recife João Campos (PSB), no ginásio Geraldão, onde relançou o Programa de Aquisição de Alimentos e anunciou medidas de prevenção a tragédias causadas pelas chuvas, entre outros pacotes.

NA PARAÍBA, GERAÇÃO DE ENERGIA ALTERNATIVA

Antes de chegar no Recife, o presidente Lula participou hoje da inauguração do Complexo Renovável Neoenergia, no município de Santa Luzia, interior da Paraíba. Segundo o governo, esse é o primeiro complexo associado de geração de energia renovável no Brasil que integra a geração de energias eólica e solar fotovoltaica.

LULA CHATEADO. TAXA SELIC FICA EM 13,75%

O Banco Central vem sofrendo grande pressão, do governo e também de alguns setores da economia, para começar a reduzir a taxa Selic, hoje em 13,75% ao ano. Ontem, o presidente Lula voltou a dizer que iria “continuar batendo” no BC para con-

seguir a redução da Selic. “Uma coisa que eu acho absurdo é a taxa de juro estar a 13,75%, num momento em que a gente tem o juro mais alto do mundo”, afirmou. Mas, na visão dos analistas do mercado financeiro, pelo menos para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que termina hoje, a taxa deve permanecer como está.

SENADO SIMPLIFICA COBRANÇA DE IMPOSTO

Enquanto a Reforma Tributária não caminha no Congresso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou em caráter de urgência, ontem (21/3), uma proposta que simplifica o Sistema Tributário Nacional para facilitar o cumprimento de obrigações tributárias pelo contribuinte, como o preenchimento de declarações de imposto de renda (IR) e a prestação de outras informações. O texto está sendo apreciado com urgência porque já foi aprovado anteriormente pela Câmara.

VERBA PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Seguiu para análise pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei 159/23, do deputado José Eurípedes Clemente (União-RO) que objetiva destinar o mínimo de 50% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta que chegou a ser discutida no ano passado, só começa a tramitar a partir desta legislatura e já foi defendida por muitos parlamentares dessas três regiões.

Postado em www.opoder.com.br



JORNAL
O PODER
UM PASSO À FRENTE

Canal Telegram

Receba todas as matérias do Jornal O Poder em tempo real no seu Telegram.

Acesse e participe:

https://t.me/jornal_o_poder

TST DEIXA EMPREGO MAIS CARO PARA EMPRESA



O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento polêmico realizado na última segunda-feira (20/3), decidiu mudar uma jurisprudência de regras trabalhistas que vinha sendo adotada pela Corte há 13 anos e era igualmente aplicada em todos os tribunais regionais (TRTs) – com impacto direto tanto entre os trabalhadores como junto às empresas. Os ministros passaram a considerar que a remuneração pelo repouso semanal, com a inclusão no cálculo de horas extras prestadas

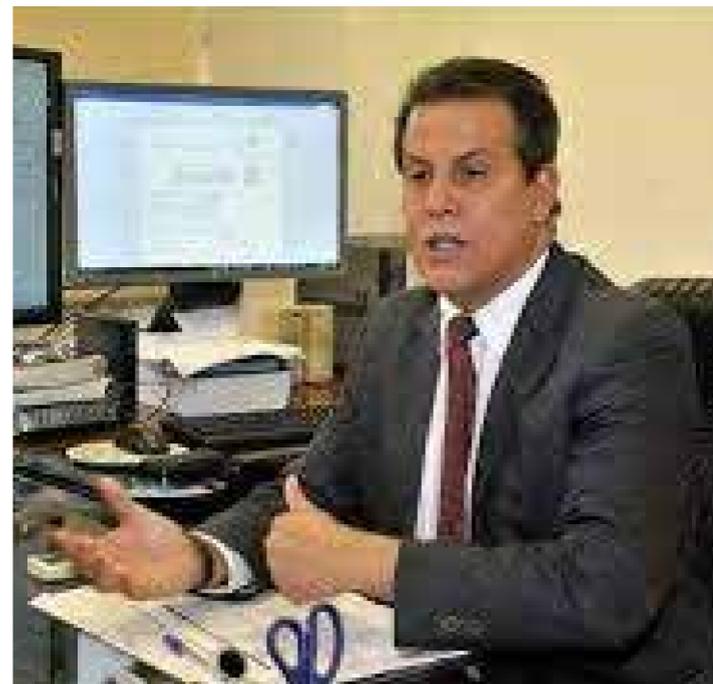
pelo empregado, deve ter reflexo sobre outras verbas – como férias, 13º salário, aviso-prévio e FGTS – o que não vinha sendo feito até então.

DUPLICIDADE

Desde 2010, o TST vinha se posicionando contrário à entrada desses valores majorados de repouso semanal remunerado no cálculo das outras verbas trabalhistas. Os ministros entendiam que isso iria gerar “pagamento em duplicidade ao trabalhador”. O entendimento, inclusive, estava na Orientação Jurisprudencial (OJ) nº394, do Tribunal, que foi revogada.

ERRO MATEMÁTICO

Para o relator da ação, o ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, a posição anterior do TST tomava como base “um erro matemático e jurídico”. “Não é possível proibir a incidência de reflexos em férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS provenientes do descanso semanal remunerado majorado pela integração de horas



extras”, destacou ele no seu parecer. O revisor, ministro Alberto Bastos Balazeiro, concordou integralmente e disse considerar que a tese alegada pelas empresas de “pagamento em duplicidade” por conta do somatório das horas extras e do repouso semanal remunerado em outras verbas trabalhistas é mera “ficção”.

IMPACTOS

“Vício existiria se as horas extras incidissem sobre o repouso semanal remunerado e essa majoração repercutisse no cálculo, ou seja, acarretasse recálculo das horas extras, gerando um ciclo vicioso”, afirmou Balazeiro. Na avaliação e muitas empresas – que chegaram a enviar advogados para acompanhar o julgamento, – a decisão “onera a forma de cálculo de verbas trabalhistas quando há prestação de horas extras habituais e vai provocar impacto generalizado no mundo do trabalho”. Já sindicatos de trabalhadores de várias categorias estão comemorando o resultado do julgamento.

MACONHA LIBERADA?

STJ SUSPENDE AÇÕES QUE PEDEM LIBERAÇÃO DE PLANTIO



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) resolveu suspender todas os processos que tramitam na Justiça brasileira sobre plantio de maconha para fins medicinais, farmacêuticos e industriais. A decisão, da 1ª Seção da Corte, vale tanto para casos individuais como para ações coletivas até que seja estabelecido um precedente sobre o tema. Os ministros querem realizar audiências públicas e reuniões diversas com

médicos e especialistas no assunto ante de submeterem a matéria a julgamento.

COMPETÊNCIA

Para isso, o colegiado do STJ aplicou o instrumento jurídico intitulado “Incidente de Assunção de Competência (IAC)” a um processo em que uma empresa de biotecnologia pede aval para importar sementes para cultivar, vender e explorar industrialmente a planta. Numa decisão em instância anterior, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou o pedido, com o argumento de que não cabia ao Poder Judiciário decidir sobre esse tipo de autorização. Diante disso, a empresa recorreu e o caso subiu para o STJ.

ÓRGÃOS PROCURADOS

Estão previstos para serem ouvidos pelos ministros representantes da Secretaria Antidrogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis sativa (SBEC).

NA ANVISA

Debate semelhante sobre a planta foi observado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2019. Na época, os diretores da Anvisa não liberaram o cultivo para fins medicinais e científicos, mas deram autorização para a aquisição, no país, de medicamentos à base da planta. Agora, empresas de fabricação de medicamentos repetem o mesmo pedido negado pela Anvisa, porém, junto ao Judiciário.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

